

1. Informações gerais

A Concessionária Rio -Teresópolis S.A. (“CRT” ou “Companhia”) - foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22/03/1996, com termino em 21/03/2021, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

A CRT foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) S/Nº KM 133,5 – Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pelo conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2016.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como as orientações específicas emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – (ANTT).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não houve novas normas aplicadas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015, que trouxessem impactos relevantes para a Companhia.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia.

2.3. Aplicação financeira

A Companhia classifica sua aplicação financeira pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos no período. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações são reconhecidos no resultado do exercício.

2.4. Créditos a receber

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio eletrônico, receitas alternativas, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio eletrônico são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. Existem operações da mesma natureza, porém, com empresa do mesmo grupo econômico. Os tratamentos de reconhecimento e mensuração não se diferem exceto pela divulgação que compõe classificação específica de créditos a receber com partes relacionadas. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas.

2.5. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado pelo método custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.6. Ativos intangíveis

(a) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O reconhecimento inicial, do ativo intangível é feito pelo custo de aquisição / construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de itens da infraestrutura, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida com base vida útil econômica estimada ou prazo de concessão, o que ocorrer primeiro e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Intangível em formação corresponde aos custos incorridos e capitalizados que estão diretamente relacionados às atividades de construção da infraestrutura objeto da concessão das rodovias. Adicionalmente, os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia são capitalizados à medida em que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação da infraestrutura da concessão.

(b) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A Companhia não opera com desenvolvimento de softwares.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e demonstrado deduzido das respectivas depreciações acumulada calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como se segue:

	Anos
Equipamentos e instalações	10
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Prédios e benfeitorias	25

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão adicional para recuperação de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido dos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido dos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.10. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar, são apresentadas como passivo não circulante. Normalmente é reconhecida pelo valor da fatura correspondente a aquisição.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na Demonstração do Resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00, 4,00 e 7,60%
Imposto Sobre Serviço	ISS	5%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias foram constituídos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores

contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. As projeções para geração de lucro tributável futuro estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e poderá ser baixado na medida em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para sua utilização. Os Impostos diferidos ativos são revisados trimestralmente. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperado ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.13. Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas após certos ajustes.

2.14. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais, quando aplicável, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a atividade da Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos e que o negócio da CRT é a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.16. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da mesma observada as antecipações. Qualquer valor acima do

mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, mediante a recomendação/validação prévia do Conselho de Administração.

2.17. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas demonstrações financeiras.

2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

b.1) Amortização do ativo intangível da concessão

No julgamento da administração, o método que melhor reflete o consumo do ativo intangível é o método de amortização linear. Assim, os valores registrados como ativo intangível de concessão, são amortizados ao longo do período do contrato de concessão.

b.2) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.3) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

b.4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável, em conformidade com o CPC 25.

b.5) Provisão para manutenção

A Companhia provisionou, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3.1. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e créditos a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia não possui passivos desta natureza.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.3. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são

incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.4. Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza a execução do contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

3.5. Gestão de risco financeiro

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Concessionária não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. A política da Companhia é a de manter o fluxo de empréstimos associado à taxa de juros fixa.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com “rating” mínimo “A(bra)”. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área financeira da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do Balanço Patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em depósitos de curto prazo e títulos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A companhia não opera com derivativos. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$ 20.603. (R\$ 26.068 em 2014) que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Concessionária por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores e outras contas a pagar	1.892	-	-	-
Garantias financeiras	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014				
Fornecedores e outras contas a pagar	3.769	-	-	-
Garantias financeiras	-	-	-	-

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2015				
Empréstimos	21.954	37.033	1.099	-
Garantias financeiras	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos	15.078	19.933	34.645	-
Garantias financeiras	162	-	-	-

Do montante de R\$ 37.033 divulgado na Nota de Empréstimos de 2015, na coluna "Entre um e dois anos", a Companhia pretende amortizar, aproximadamente R\$ 6.663 no primeiro trimestre de 2016.

3.6. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle

consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2015 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado das disponibilidades, contas a receber, fornecedores e debêntures equivalem ao valor contábil.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

Operação	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	22.041	22.041	22.041
Taxa anual estimada do CDI	13,24%	9,93%	6,62%
Efeito anual no caixa líquido	2.918	2.189	1.459

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

(c.1) BNDES I

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,8%	7.335	7.444	7.553
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,8%	3.170	3.217	3.264
BNDES Sub-Crédito C	TJLP + 1,8%	5.524	5.683	5.842
BNDES Sub-Crédito D	TJLP + 2,8%	2.406	2.474	2.542
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		7,00%	8,75%	10,50%

(c.2) BNDES II

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos BNDES Automático				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 5,30%	2.524	2.564	2.603
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		7,00%	8,75%	10,50%
BNDES Sub-Crédito B	UMBNDDES + 4,30%	1.177	1.191	1.204
BNDES Sub-Crédito C	UMBNDDES + 4,30%	2.354	2.381	2.408
Referência para passivos financeiros UMBNDDES (% ao ano)		5,00%	6,25%	7,50%

(c.3) BNDES III

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,89%	30.846	31.731	32.615
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,89%	13.776	14.165	14.554
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		7,00%	8,75%	10,50%

(d) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de em moedas estrangeiras.

(e) Derivativos

No período encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2015, a Companhia revisou a estratégia em relação à de 2014, flexibilizando o índice de alavancagem financeira entre 0,20 e 1,00.

Os índices de alavancagem financeira em, 31 de dezembro de 2015 e, em 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumariados:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Debêntures (Nota 18)	12.953	13.686
Total dos empréstimos (Nota 14)	60.086	69.656
Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	<u>(21.306)</u>	<u>(26.706)</u>
Dívida líquida	51.733	56.636
Total do patrimônio líquido	<u>162.490</u>	<u>156.347</u>
Total do capital	<u>214.223</u>	<u>212.983</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>0,24</u>	<u>0,27</u>

A Companhia obteve e manteve o rating em “AA(bra)” atribuído pela classificadora de riscos “Fitch Ratings”.

4. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-40/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com

a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Pelo convênio, a Companhia pode destinar até 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da adoção do IPCA em substituição à fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 126.463, como segue (dados em milhares de reais):

	2016	2017	2018 a 2021	Total
Investimentos – PER	35.074	37.524	53.865	126.463

Tais investimentos estão condicionados a autorização prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que estabelece o cronograma dos investimentos que deverão ser efetuados, bem como autoriza o respectivo repasse na tarifa para manter o equilíbrio econômico do contrato. Essa avaliação é feita anualmente.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
<u>Caixa e Bancos:</u>	2.543	4.100
<u>Aplicações Financeiras de curto prazo:</u>		
Banco Votorantim S.A.	3.884	3.633
Caixa Econômica Federal	12.119	14.597
Banco ABC Brasil S.A	2.760	4.376
	18.763	22.606
Total	21.306	26.706

As aplicações financeiras realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 80% e 101,8% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos se equipara ao seu valor de mercado.

6. Aplicações financeiras

	2015	2014
Aplicações Financeiras	3.278	1.760
Total não circulante	3.278	1.760

O ativo financeiro compreende aplicação em CDB com rendimento diário à um percentual do CDI, a taxa de referência do mercado de juros, vinculada ao contrato do BNDES firmado em dezembro de 2013, para garantia de pagamento do principal e dos juros contratados.

7. Créditos a receber

	2015	2014
Pedágio eletrônico	8.345	9.756
Vale Pedágio	886	942
Pedágio	-	2
Outros	3	30
Total	9.234	10.730

A Companhia passou a operar desde o ano 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil desde 2011, com o sistema de vale pedágio DBTRANS. Além desses, a Companhia opera ainda com o pedágio eletrônico Auto Expresso, Conectcar, vale pedágio Visa Vale e PEX - Passe Expresso. Este último incluído na Nota 8, por se tratar de créditos a receber de partes relacionadas.

Os valores repassados pelas administradoras são recebíveis da Via fácil em 45 dias, DBTRANS em 30 dias, Auto expresso em 30 dias, Conectcar em até 60 dias, Visa vale em 30 dias e PEX em até 60 dias, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros.

A comissão sobre esta operação é cobrada diretamente do usuário.

A Companhia não registra provisão para devedores duvidosos para estes créditos a receber em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos.

8. Créditos a receber de partes relacionadas

	2015	2014
PEX - Passe Expresso	931	823
Total	931	823

Referem-se aos valores a receber referentes aos serviços de cobrança eletrônica de pedágio prestados pela PEX – Passe Expresso, que é controlada pela INVEPAR. A cobrança eletrônica da PEX- Passe Expresso, está operando na rodovia desde o terceiro trimestre de 2013. Os valores relativos a essa operação são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês do registro da passagem pelo usuário. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o saldo de partes relacionadas estão representados por valores a vencer e não há provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos.

Abaixo se encontra o total da receita com a PEX – Passe Expresso.

	2015	2014
PEX - Passe Expresso	8.020	7.665
Total	8.020	7.665

Todas as transações com partes relacionadas são realizadas em condições compatíveis com as condições de mercado.

As informações sobre a remuneração do pessoal chave da Companhia estão descritas na Nota 24.

9. Estoques

	2015	2014
Almoxarifado	511	275
Matéria-prima	127	115
Total	638	390

Os estoques representam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

10. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar

	2015	2014
Imposto de Renda e Contribuição Social	189	94
PIS e COFINS	335	329
ISS	29	7
Circulante	553	430

b) Impostos, taxas e contribuições a recolher

	2015	2014
Imposto de Renda e Contribuição Social	650	5.289
PIS e COFINS	776	754
ISS	1.029	1.147
ICMS	37	57
IRRF	23	29
Circulante	2.515	7.276

c) Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2015			2014		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	376	134	510	445	160	605
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos	4.590	1.558	6.148	1.070	292	1.362
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	715	257	972	-	-	-
Ativo não circulante	5.681	1.949	7.630	1.515	452	1.967
Passivo						
IR e CSLL diferidos Receita Financeira	1.196	431	1.627	1.300	467	1.767
IR e CSLL diferidos Amortização Intangível	2.514	905	3.419	1.778	640	2.418
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso	995	358	1.353	-	-	-
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	836	301	1.137	-	-	-
Passivo não circulante	5.541	1.995	7.536	3.078	1.107	4.185
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	140	(46)	94	(1.563)	(655)	(2.218)

As projeções de realizações dos impostos diferidos são as seguintes:

	2015	2014
Ativo diferido		
Ativo diferido a ser recuperado em até 12 meses	6.235	1.442
Ativo diferido a ser recuperado após 12 meses	1.395	525
	7.630	1.967
Passivo diferido		
Passivo diferido a ser liquidado em até 12 meses	1.311	1.048
Passivo diferido a ser liquidado após 12 meses	6.225	3.137
	7.536	4.185
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	94	(2.218)

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2015	2014
Lucro antes da tributação	47.852	73.674
IR e CS sobre lucro líquido	(16.269)	(25.049)
Despesas não dedutíveis diversas	(585)	(713)
Exclusões permanentes diversas	87	-
Incentivos fiscais	514	642
Reversão de provisão IRPJ e CSLL	855	619
Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias	(1.771)	-
Outros	24	24
IR e CS totais	(17.145)	(24.477)
Corrente	(20.077)	(24.267)
Diferido	2.932	(210)

e) Considerações sobre Lei 12.973/14

Em 1º. de janeiro de 2015 entrou em vigor a Lei 12.973/14, tendo em vista que a Companhia decidiu não antecipar os efeitos desta lei em 2014. A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado a medida da realização desses ativos. Entretanto a companhia adota as medidas necessárias em observância as regras especiais, contidas nos arts. 174 e 175, da Instrução Normativa 1.515/2014, nos casos de contratos concessões de serviços públicos.

11. Imobilizado

	Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizados	Total
Em 1º de janeiro de 2014						
Saldo inicial líquido	2.266	117	276	379	1.954	4.992
Aquisições	261	26	46	415	801	1.549
Transferências	4	-	(4)	-	-	-
Baixas	-	(8)	-	-	-	(8)
Depreciação	(376)	(72)	(41)	(165)	(63)	(717)
Baixas	-	5	-	-	-	5
Saldo contábil líquido	2.155	68	277	629	2.692	5.821
Em 31 de dezembro de 2014						
Custo	4.200	824	504	945	3.004	9.477
Depreciação acumulada	(2.045)	(756)	(227)	(316)	(312)	(3.656)
Saldo contábil líquido	2.155	68	277	629	2.692	5.821
Em 1º de janeiro de 2015						
Saldo inicial líquido	2.155	68	277	629	2.692	5.821
Aquisições	321	215	18	6	1.021	1.581
Transferências	1.875	15	(3)	3	(1.890)	-
Baixas	(383)	(133)	(46)	-	-	(562)
Depreciação	(326)	(219)	(47)	(179)	(35)	(806)
Baixas	224	133	46	-	-	403
Saldo contábil líquido	3.866	79	245	459	1.788	6.437
Em 31 de dezembro de 2015						
Custo	6.013	922	473	954	2.136	10.498
Depreciação acumulada	(2.147)	(843)	(228)	(495)	(348)	(4.061)
Saldo contábil líquido	3.866	79	245	459	1.788	6.437

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence.

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estão vinculados diretamente a concessão. Anualmente a Companhia avalia se existem evidências de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e quando aplicável realiza teste de recuperação dos mesmos. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

12. Intangível

	Infraestrutura						
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros (*)	Marcas e Patentes	Software	Total
Em 1º de janeiro de 2014							
Custo	129.834	23.920	154.865	45.271	53	463	354.406
Amortização acumulada	(69.872)	(12.343)	(72.061)	-	(38)	(271)	(154.585)
Saldo contábil líquido	59.962	11.577	82.804	45.271	15	192	199.821
Em 31 de dezembro de 2014							
Saldo inicial	59.962	11.577	82.804	45.271	15	192	199.821
Aquisições	1.530	9	(360)	28.373	-	27	29.579
Transferências	8.856	1.418	37.244	(47.518)	-	-	-
Amortização	(8.662)	(1.682)	(12.087)	-	(10)	(46)	(22.487)
Saldo contábil líquido	61.686	11.322	107.601	26.126	5	173	206.913
Em 31 de dezembro de 2014							
Custo	140.220	25.347	191.749	26.126	53	489	383.984
Amortização acumulada	(78.534)	(14.025)	(84.148)	-	(48)	(316)	(177.071)
Saldo contábil líquido	61.686	11.322	107.601	26.126	5	173	206.913
Em 1º de janeiro de 2015							
Saldo inicial	61.686	11.322	107.601	26.126	5	173	206.913
Aquisições	2.481	120	576	30.944	-	214	34.335
Transferências	40.681	1.276	8.237	(50.194)	-	-	-
Baixas	-	(130)	-	-	-	(16)	(146)
Amortização	(10.174)	(1.840)	(17.296)	-	(5)	(140)	(29.455)
Baixas	-	130	-	-	-	16	146
Saldo contábil líquido	94.674	10.878	99.118	6.876	-	247	211.793
Em 31 de dezembro de 2015							
Custo	183.383	26.614	200.561	6.876	53	688	418.175
Amortização acumulada	(88.709)	(15.736)	(101.443)	-	(53)	(441)	(206.382)
Saldo contábil líquido	94.674	10.878	99.118	6.876	-	247	211.793

(*) O valor de outros se refere a obras em andamento. (Nota 14)

Para os itens do Intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores recuperáveis, a Companhia realiza testes para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foram identificadas evidências de que os saldos contábeis dos ativos corpóreos ou intangíveis estivessem registrados a valores superiores aos seus valores de recuperação.

Durante o exercício de 2015, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento no montante de R\$ 2.439, (vide nota 14) diretamente atribuíveis às obras realizadas ao longo da rodovia em conformidade com o direito de exploração.

13. Fornecedores e outras obrigações

	2015	2014
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais ⁽¹⁾	1.466	3.367
	<u>1.466</u>	<u>3.367</u>
Outras obrigações		
Comissões sobre fianças ⁽²⁾	-	162
Verba de fiscalização ⁽³⁾	295	270
Receita Diferida ⁽⁴⁾	536	541
Retenções contratuais ⁽⁵⁾	691	887
Outras	129	133
	<u>1.651</u>	<u>1.993</u>
Dividendos	6	6
Total	<u>3.123</u>	<u>5.366</u>

(1) Os fornecedores nacionais compreendem obrigações perante fornecedores no País, relacionadas com compras de mercadorias e serviços a vencer no período de 12(doze) meses do encerramento contábil. Os saldos de contas a pagar a fornecedores em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 representam obrigações com prazos de pagamento inferiores a três meses.

(2) As comissões sobre fianças referem-se as garantias pré-determinadas no contrato de financiamento firmado junto ao BNDES. (Nota 14)

(3) Verbas anuais devidas ao Poder Concedente (ANTT), previstas no contrato de concessão.

(4) Antecipações recebidas de clientes referente a receitas extraordinárias, por exploração da faixa de domínio que a Companhia irá se apropriar num período até 12 (doze) meses subsequentes ao fato gerador.

(5) Referem-se aos valores retidos, a título de garantia na execução das obras, determinados através dos contratos firmados, entre a Companhia e seus prestadores de serviços, onde os respectivos valores serão devolvidos na ocasião do término das obras.

14. Empréstimos e financiamentos

a) Composição e movimentação do saldo em aberto dos empréstimos

Objeto	Subcréditos	Vencimento	Indexador	Encargos	Saldo inicial	Principal			Juros		Saldo final
						Captação	Pagamento	Varição monetária	Incorridos	Juros pagos	
				anuais (spread)	31/12/2014						31/12/2015
BNDES	A e C	jul/17	TJLP	1,80 % a.a.	16.435	-	(4.279)	33	785	(794)	12.180
BNDES	A e C	jul/19	TJLP	1,89 % a.a.	24.225	4.161	(4.010)	101	2.203	(2.454)	24.226
BNDES	B e D	jul/17	TJLP	2,80 % a.a.	4.441	-	(1.621)	11	305	(310)	2.826
BNDES	B e D	jul/19	TJLP	2,80 % a.a.	2.897	-	(773)	8	211	(213)	2.130
BNDES	B	jul/19	TJLP	2,89 % a.a.	14.623	-	(1.344)	44	1.081	(1.210)	13.194
Banco ABC Brasil S.A.	A	set/17	TJLP	5,30 % a.a.	3.546	-	(1.280)	3	304	(315)	2.258
Banco ABC Brasil S.A.	B e C	set/17	UMBDES	4,30 % a.a.	3.489	-	(1.359)	1.144	298	(300)	3.272
Total					69.656	4.161	(14.666)	1.344	5.187	(5.596)	60.086
Parcela do curto prazo					15.078						21.954
Parcela do longo prazo					54.578						38.132

b) Histórico de liberação dos contratos de empréstimos

O empréstimo trata de Contrato de Financiamento captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES destinado à melhoria da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, no período de 2008 a 2012. A totalidade do crédito concedido está dividida em: subcrédito A – R\$ 27.752, B – R\$ 11.894, C – R\$ 8.542 e D – R\$ 3.661 - totalmente liberados.

Sobre os subcréditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os subcréditos B e D incidem juros de 2,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP),

divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os subcréditos B e D foram utilizados até 31 de maio de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo. A amortização dos subcréditos A e C terminará em 15 de julho de 2017 e a amortização dos créditos B e D em 15 de julho de 2019.

A Companhia deu como garantia carta de fiança emitida pelo Bradesco S.A. com vencimento em 22 de agosto de 2013, substituída por nova carta de fiança, cujo vencimento ocorrerá em 10 de abril de 2016.

A Companhia firmou contrato de abertura de crédito fixo, modalidade, Produto BNDES automático, tendo como agente financeiro o Banco ABC Brasil S.A. Os recursos foram destinados, parte, na construção de um posto de pesagem - Balança Fixa, Km 131 e no trecho II B – Ampliação da capacidade de subida da serra compreendido entre os Km 97,46 e Km 99,02 e, o crédito remanescente, está sendo aplicado na realização das obras da Rodovia BR 116.

A totalidade do crédito está dividida em: subcréditos A – R\$ 5.439, B – R\$ 1.360, C – R\$ 2.720 – totalmente liberados.

Sobre o subcrédito A, incidirão juros de 5,3% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Sobre os subcréditos B e C, incidirão juros de 4,3% ao ano acima da Taxa Variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira (UMBDES), sem vinculação a repasse em condições específicas, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros.

Os investimentos financiados foram finalizados em dezembro de 2012, e a última “tranche” ocorreu em fevereiro de 2013, já que as liberações são realizadas pelo sistema de “reembolso”.

A amortização do financiamento iniciou-se em 15 de julho de 2013 e será finalizada em 15 de setembro de 2017.

A Companhia deu como garantia Nota Promissória emitida pelo Banco ABC Brasil S.A com vencimento à vista e prazo de apresentação para pagamento de até oito anos contados da data de sua emissão em 20 de agosto de 2012.

A Companhia firmou novo contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, destinado à realização de obras de ampliação, modernização e recuperação estrutural da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, relativas ao período de 2012 a 2017, com destaque para construção da terceira e quarta faixa da Serra de Teresópolis, dividido nos seguintes subcréditos: Subcrédito A – R\$ 36.913, dos quais R\$ 28.963 foram levantados até a presente data e Subcrédito B – R\$ 15.820, dos quais R\$ 12.879 foram levantados até a presente data.

Sobre o subcrédito A incidirão juros de 1,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre o subcrédito B incidirão juros de 2,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos foram utilizados até março de 2015, e amortizáveis a partir de 17 de agosto de 2015, até 15 de julho de 2019, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

O presente contrato considerou as seguintes garantias: cessão fiduciária de créditos, criação de conta reserva no valor correspondente a três parcelas “*Payments*” (PMT’s) e penhor de 15,37%, das ações da Companhia em poder dos seguintes intervenientes: Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR, CCNE Carioca Concessões S/A, STRATA Construções e Concessionárias Integradas S/A e Queiroz Galvão Logística S/A.

Esse contrato de empréstimo firmado em dezembro de 2013 está sujeito a cláusulas restritivas. As principais resumidas são:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem prévia e expressa autorização do BNDES;

- Não apresentar sem prévia e expressa autorização do BNDES saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta da Companhia. Ficam excluídos do cômputo a que se refere esta cláusula os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para operação da beneficiária; o saldo devedor referente ao crédito decorrente desse contrato; à contratação de financiamento junto ao BNDES e ao BNDES Automático; à emissão de debêntures.
- Durante a vigência do contrato, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, quando a relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total for inferior a 20% ou índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3.
- Requerer prévia e expressa anuência do BNDES para alteração no seu quadro acionário vigente a data de assinatura do presente contrato que implique no ingresso de novo acionista com participação igual ou superior a 20% do capital social da beneficiária.

Os demais contratos e financiamentos da Companhia não estão sujeitos a cláusulas restritivas (“covenants”).

Em 31 de dezembro de 2015, todos os “covenants” foram atendidos.

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	2015	2014
2017	18.389	36.690*
2018	18.644	16.793
2019	1.099	1.095
Total Longo Prazo	38.132	54.578

(*) inclui R\$ 19.933 referente ao ano de 2016.

15. Salários, provisões e contribuições

	2015	2014
Provisões Trabalhistas	1.648	1.461
Encargos Trabalhistas	881	751
Imposto de Renda Retido na Fonte	112	116
Participação no Resultado*	1.940	1.320
Benefícios	9	14
Outros	163	201
Total Circulante	4.753	3.863

* Vide nota 24.

16. Contingências

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, baseado nas informações de seus assessores jurídicos. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro (Nota 26). A Administração, não acredita na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro. Adicionalmente, em dezembro de 2015 a Companhia detém R\$ 1.089 (2014 – R\$ 2.047) depositados judicialmente referente aos processos cíveis R\$ 914 (2014 - R\$ 1.051), tributários (2014 - R\$ 821) e trabalhistas R\$ 175 (2014 – R\$ 175).

Composição e movimentação do saldo

	Saldo Inicial 31.12.2014	Adições	Baixas	Provisões Revertidas	Saldo Final 31.12.2015
Trabalhistas	1.536	281	(12)	(401)	1.404
Cíveis	1.707	14.267	(58)	-	15.916
Valor Provisionado	3.243	14.548	(70)	(401)	17.320

O crescimento significativo da contingência cível ocorreu em função do aumento dos valores provisórios envolvidos em ação cível ajuizada por Jaílson Bispo Ferreira em desfavor da CRT, por atropelamento de animal de grande porte no ano de 2000.

Os valores homologados estão pendentes de julgamento de recurso. A companhia questiona a não apreciação dos quesitos apresentados ao perito. A chance de perda apontada pelo escritório que representa a CRT é classificada como provável. Análise

de impacto é limitado considerando que a ação está garantida por apólice de seguro, ressalvado o valor da franquia.

O valor registrado a título de provisão corresponde a R\$ 13.711, dos quais, parte está coberta por apólice emitida pela seguradora Bradesco Seguros, no valor histórico de R\$ 3.981.

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis, considerados como perda provável, envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

(i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos. Os valores provisionados compreendem a franquia prevista na apólice de seguro e as causas prováveis que não possuem cobertura.

(ii) Ação cível pública nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de ações populares, sob a alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia. Em 27 de outubro de 2011, o Juízo julgou improcedente a presente ação, não tendo acolhido a tese autoral.

Em 04 de agosto de 2015, foi publicada decisão do TRF-2ª Região, que julgou a ação popular e as apensadas. A CRT obteve êxito total em três delas, desonerando-a da indenização por danos materiais e morais, bem como da isenção de cobrança do pedágio na praça PN-2, localizada no Km 71 da rodovia.

Quanto à ação popular, o TRF-2ª Região entendeu em reformar, por maioria, a sentença de primeiro grau que havia julgado improcedente o pedido de anulação do contrato de concessão.

A CRT recorreu da referida decisão judicial a fim de assegurar seus direitos e proteger sua gestão de quase vinte anos da concessão em vigor, bem como adotará os procedimentos processuais cabíveis para reverter tal decisão, até seu trânsito em julgado.

(iii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 400. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

Adicionalmente, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui o montante de aproximadamente, R\$ 10.066 em dezembro de 2015, referente a processos cíveis e trabalhistas, cujos riscos de perda foram considerados possíveis, os quais, não foram considerados para fins de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

	2015	2014
Trabalhistas	1.309	1.337
Cíveis	8.579	8.580
Fiscais	178	178
	10.066	10.095

17. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são:

	Saldo Inicial 31.12.2014	Realização	Saldo Final 31.12.2015
Provisão para manutenção	1.780	(276)	1.504
Circulante	236		255
Não circulante	1.544		1.249

18. Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26 de dezembro de 2001 com as seguintes características, resumidas:

1) Forma e espécie: Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.

2) Quantidade de títulos: 23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.

3) Valor da emissão: A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão.

4) Data de emissão: 31 de dezembro de 2001.

5) Valor nominal (em R\$): (Cláusula 2.8): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 0,56055,

na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949.

6) Prêmio de emissão (em R\$): (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,16513 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.

7) Vencimento final: (Cláusula 2.18): Vencimento: Conforme facultado pelo art. 55, § 3º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21.

8) Vencimento Antecipado: (Cláusulas 2.19 & 2.20):
2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstos na Cláusula 2.16, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário caso o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que, nesta hipótese, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a três exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de investimentos da Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.

2.20 – Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, conforme disposto na Cláusula 2.19 acima, a EMISSORA pagará aos detentores das

Debêntures, à época em circulação, o valor nominal das Debêntures, corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado auferido pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou, na extinção ou invalidação deste, por qualquer outro índice que venha, de modo mais similar ao IGP-M, resguardar o valor econômico do valor nominal das Debêntures.

9) Conversibilidade: (Cláusula 2.11.7): As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

As ações preferenciais classe A da EMISSORA que forem emitidas em decorrência da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura e farão jus a todos os dividendos, bonificações e demais vantagens que venham a ser declarados em atos societários da EMISSORA a partir da data da solicitação de conversão pelo Debenturista, ressalvado, porém, que as ações preferenciais classe A resultantes da conversão de Debêntures participarão em dividendos que venham a ser distribuídos relativamente a lucros apurados no exercício social no qual ocorreu a conversão, pro rata temporis, com base no período de tempo compreendido entre a data de conversão e o término do exercício social.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá ser realizada até 30 (trinta) dias antes de 22 de março de 2021, data do término da concessão outorgada à EMISSORA, conforme

Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995 (“Contrato de Concessão”).

10) Remuneração: (Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

- a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:

$$R = 4 \times D$$

- b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:

$$R = 4,1233189 \times D$$

c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:

$$R = 4,1180175 \times D$$

Onde:

R = remuneração total de cada Debênture; e

D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): Remuneração: A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

11) Compromisso de Distribuição:

(Cláusula 2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma

quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. A opção de conversão que está embutida nas debêntures conversíveis e cujo valor justo na data de emissão corresponde ao prêmio das opções constitui um instrumento patrimonial. Dessa forma, os mesmos não são remensurados após o seu reconhecimento inicial.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão, entretanto as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Quadro resumo

Debêntures emitidas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	23.100	0,56055	12.949	2,16513	50.014	62.963

Debêntures canceladas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	9.420	0,56055	5.280	2,16513	20.396	25.676

Debêntures em vigor	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	13.680	0,56055	7.668	2,16513	29.619	37.287

O valor nominal total, de R\$ 7.668, corresponde ao compromisso da Companhia com os debenturistas, em caso da não conversão das debêntures.

O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia provisionou o valor de R\$ 5.770 (2014: R\$ 6.018) correspondente a remuneração dos debenturistas.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 78.700, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi deliberado o aumento de R\$ 6.230 no capital social autorizado da Companhia, passando a ser de R\$ 78.700, mediante utilização de Reserva Lucros e Reserva de Capital.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	2015						2014	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S/A - INVEPAR	17.994	36,88	3.550	9,42	21.544	24,92	21.538	24,91
CCNE Carioca Concessões S/A	10.264	21,04	8.202	21,77	18.466	21,36	18.464	21,35
STRATA Construções e Concessionárias Integradas S/A	8.569	17,57	5.800	15,40	14.369	16,62	14.367	16,62
Queiroz Galvão Participações - Concessões S/A	—	—	—	—	—	—	10.262	11,87
Queiroz Galvão Logística S.A.	10.264	21,04	—	—	10.264	11,87	—	—
Construtora Queiroz Galvão S/A	—	—	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT - Fundo de Investimento em Participações	—	—	9.526	25,28	9.526	11,02	9.524	11,02
M.&G. Consultoria e Participações	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Conselheiros	—	—	—	—	—	—	14	0,02
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

b) Dividendo

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

O total de dividendos provisionado foi calculado como se segue:

	2015	2014
Lucro líquido do período	30.707	49.197
Reserva legal	(1.535)	(2.460)
Base de cálculo	29.172	46.737
Percentual do dividendo	25%	25%
Valor do dividendo mínimo obrigatório	7.293	11.684
Dividendo adicional pago	12.444	9.495
Dividendo adicional proposto	3.636	6.028
Total de dividendos	23.373	27.207

O estatuto da Companhia prevê dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro ajustado. Para 2015, a distribuição atribuída é 100% sobre o lucro ajustado. O quadro acima demonstra os dividendos mínimos obrigatórios, o dividendo adicional pago e o dividendo adicional proposto.

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

As reservas encontram-se abaixo distribuídas:

	2015	2014
Reserva de ágio	3.596	3.596
Reserva para aumento de capital	4.048	1.428
Reserva legal	1.535	2.460
Reserva de restituição de capital	3.820	3.528
Reserva para investimentos	2.014	2.897
Reserva de retenção de lucros	68.779	69.968
Total das reservas	83.792	83.877

20. Receitas

	2015	2014
Receita de pedágio	194.779	201.519
Receita extraordinária	1.186	879
Receita de construção *	30.944	28.409
Tributos incidentes sobre as receitas	(17.067)	(17.557)
Abatimentos sobre Receitas de Pedágio	(353)	-
Receita líquida	209.489	213.250

* O reconhecimento da receita de construção é realizado de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 – Contrato de Construção. Assim, todo o gasto de infraestrutura é reconhecido na receita de construção, sem acréscimo da margem. No caso da Companhia, como há terceirização da obra, o efeito do reconhecimento de uma margem calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventual custo de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra não é significativo.

Em contrapartida, há o reconhecimento do Custo de Construção é igual ao valor reconhecido como receita de construção.

Dos valores registrados a título de receita de pedágio, R\$ 8.019 em 2015 (7.665 em 2014), corresponde a receita com partes relacionadas e R\$ 186.760 em 2015 (193.854 em 2014) referem-se a receita de pedágio com terceiros.

21. Custos

	2015	2014
<hr/>		
Custos associados às receitas de pedágio		
Manutenção e conservação		
Pessoal, encargos e benefícios	2.919	2.715
Prestadores de serviço	9.867	9.019
Material, equipamento e veículos	1.767	2.054
Gastos gerais	1.120	499
Gastos com aluguéis	186	163
Depreciação e amortização	29.310	22.431
	<hr/> 45.169	<hr/> 36.881
Custo de operação		
Pessoal, encargos e benefícios	9.321	8.711
Prestadores de serviço	9.727	7.440
Material, equipamento e veículos	2.761	3.519
Gastos gerais	803	586
Custos contratuais de concessão	7.149	7.621
	<hr/> 29.761	<hr/> 27.877
Custo de monitoração		
Prestadores de serviço	1.338	816
	<hr/> 1.338	<hr/> 816
Custo de projetos especiais		
Prestadores de serviço	441	297
Material, equipamento e veículos	791	532
	<hr/> 1.232	<hr/> 829
<hr/>		
Total de custos associados a receita de pedágio	<hr/> 77.500	<hr/> 66.403
Custos associados às receitas de construção		
Custo de construção	30.944	28.409
Total	<hr/> 108.444	<hr/> 94.812

22. Despesas gerais e administrativas

	2015	2014
Salários, encargos e benefícios	7.312	7.131
Serviços de terceiros	4.261	4.256
Despesas de materiais, equipamentos e veículos	1.159	939
Despesas gerais	20.397	6.763
Despesas de remuneração de dirigentes	1.380	1.282
Total	34.509	20.371

As despesas gerais de 2015, ficaram acima dos valores registrados em 2014, em função da provisão de contingências, no importe de R\$ 13.711, vide (Nota 16).

23. Receitas e despesas, financeiras

Despesas financeiras:	2015	2014
Despesas de financiamento	(2.756)	(3.093)
Variação monetária passiva	(2.643)	(469)
Despesa Financeira - Debêntures	(1.338)	-
Despesas bancárias	(499)	(556)
	(7.236)	(4.118)
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	3.268	2.568
Variação monetária ativa	967	102
Descontos obtidos	75	68
Outros	74	8
	4.384	2.746
Remuneração de Debenturistas	(17.447)	(19.982)
Total	(20.299)	(21.354)

24. Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados

a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)

A Companhia, tradicionalmente, atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo

Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra “h”, do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 31 de dezembro de 2015, foram atribuídos aos empregados e diretores, R\$ 1.782 (R\$ 2.308 em 2014).

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 3.000.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

	2015			2014		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	1.271	109	1.380	1.167	114	1.281
Bônus variáveis (i)	617		617	793		793
Outros	57		57	42		42
Total	1.945	109	2.054	2.002	114	2.116

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

25. Resultado por ação

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Considerando o cenário de conversão das debêntures, as 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures são convertidas em 56.396 ações preferenciais classe A, totalizando 142.862 (cento e quarenta e dois mil e oitocentos) ações, sendo 48.786 ações ordinárias e 94.076 ações preferenciais classe A.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2015			2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	16.602	14.105	30.707	26.599	22.598	49.197
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro por ação (R\$)	340,31	374,34	355,14	545,22	599,74	568,97

(*) Para o lucro diluído em 31 de dezembro de 2015 e 2014, vide quadro abaixo:

	2015			2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	9.843	20.864	30.707	15.769	33.428	49.197
(+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos	3.691	7.824	11.515	5.989	12.696	18.685
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado ⁽¹⁾	13.534	28.688	42.222	21.758	46.124	67.882
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação ⁽²⁾	48.786	94.014	142.800	48.786	94.014	142.800
Lucro por ação (R\$)	277,41	305,15	295,67	445,98	490,61	475,36

(1) A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro, impactando negativamente a distribuição de resultado. A diluição decorre, meramente, do impacto fiscal. A conversão em si não gera diluição uma vez que a remuneração das debêntures é equivalente a remuneração das ações em circulação.

(2) Considerando se a ocorrência da conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A.

Os efeitos da diluição estão diretamente associados ao percentual de distribuição de lucro apurado, que foi de 100% em 2015 e de 75% em 2014. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e, por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 18.

26. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) - compreendendo a totalidade da Rodovia BR 116-RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram o seguinte em 31 de dezembro de 2015:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	7.000	12.09.15 à 12.09.16	Fairfax Brasil Seguros Corporativos
Riscos Operacionais	65.000	11.07.15 à 11.07.16	HDI Gerling Seguros
Garantia	15.600	22.11.15 à 22.11.16	Fator Seguradora
Administradores e Diretores	20.000	15.02.15 à 15.02.16	AIG Seguros Brasil
Automóveis	3.150	21.03.15 a 31.01.16	Tokio Marine Seguradora
	200	31.08.15 à 31.08.16	Liberty Seguros

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta.